



ESTADO DO TOCANTINS
"Capital do Gado Branco"

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA

CNPJ: 25.043.332/0001-84

Resolução nº 003/2023, de 14 de abril de 2023.

"FIXA DATA-BASE AOS VEREADORES E SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, DETERMINA O ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA/IBGE, COMO ÍNDICE PARA CORREÇÃO DE PERDA SALARIAL ANUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Presidente da Câmara Municipal de Alvorada Estado do Tocantins, faz saber que o Plenário aprova e ele, consoante na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica estabelecido o mês de janeiro de cada ano como data-base para se realizar a revisão geral anual dos subsídios dos vereadores e dos servidores públicos do Poder Legislativo em face da corrosão natural da moeda, com supedâneo no artigo 1º da Lei Municipal nº 1.144/2016, parágrafo único e no art. 37, X c/c o art. 39, § 4º da Constituição da Federal.

Parágrafo único: Excepcionalmente no ano de 2023, fica estabelecido o mês de abril como data-base para realizar a revisão geral anual dos subsídios dos vereadores e dos servidores públicos do Poder Legislativo, devendo ser aprovado em Resolução podendo os efeitos serem retroativos a 1º de janeiro de 2023.

§ 1º Fica instituído o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE) como índice oficial para a apuração da variação inflacionária acumulada no período, a ser aplicada na revisão fixada no "caput" deste artigo, ou outro que o Banco Central do Brasil venha adotar como índice oficial do Brasil para apuração da variação do custo de vida das famílias com chefes assalariados e com rendimento mensal compreendido entre 1 e 40 salários mínimos mensais.

SEDE PRÓPRIA: AV. ANA MARIA DE JESUS, S/Nº - CENTRO - TELEFONE: (63) 3353-1306 - ALVORADA - TO



ESTADO DO TOCANTINS
"Capital do Gado Branco"
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE ALVORADA

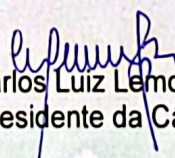
CNPJ: 25.043.332/0001-84

§ 2º A revisão estabelecida no "caput" deste artigo poderá ter efeitos financeiros retroativos ao mês de janeiro do exercício atual, determinado através de Resolução específica;

§ 3º As despesas decorrentes da Revisão de que trata esta Resolução deve sempre observar e respeitar os limites estabelecidos no art. 29, VI e VII bem como o art. 29-A "caput" e seu §1º todos da Constituição da República, bem como àqueles fixados no inciso III do art. 19 c/c a alínea "a)" do inciso III do art. 20 ambos da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04/05/2000 (LRF).

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação Revogando-se as disposições contrárias com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2023.

Câmara Municipal de Alvorada - TO aos 14 (quatorze) dias do mês de abril de 2023.


Ver. Carlos Luiz Lemos dos Reis
Presidente da Câmara